5

Considerações finais para novos começos

Em nossa análise final pretendemos destacar dois aspectos. O primeiro diz respeito a nossas conclusões sobre a construção social das noções de “vadio” e “vagabundo” a partir das crianças e jovens recolhidos das ruas do Rio de Janeiro nas últimas três décadas do século XIX, e o segundo busca formular novas questões acerca do papel da polícia enquanto formuladora e executora de políticas de assistências para os pobres considerados moralmente perigosos. O intuito de construir nossas considerações finais formulando novas questões deve-se ao fato de que os documentos históricos analisados indicaram a necessidade de um maior aprofundamento, ao mesmo tempo em que demonstraram a viabilidade de elaborar premissas, ainda que parciais, sobre a construção da assistência no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, o fato que mais contribuiu para a escolha de formular novas questões em nossa conclusão foi que, no decorrer da pesquisa, a polícia apareceu com um relevante papel na construção de um saber sobre as noções de “vadio” e “vagabundo”. Este saber, além de estar relacionado à ação direta nas ruas de repressão à vadiagem e à vagabundagem, se constituía enquanto formulação e gerenciamento de uma rede de instituições de punição, correção e assistência voltadas para o controle da pobreza moralmente desclassificada e, portanto, perigosa. Ainda que o aspecto relacionado à polícia enquanto formuladora de políticas de assistência no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, para os pobres perigosos, não seja o objeto central de nossa análise, decidimos abordar estes fatores, motivados pelas evidências surgidas no decorrer de nossa pesquisa documental que confirmam a importância da reconstrução histórica e análise do papel da polícia na institucionalização de práticas e discursos destinados aos pobres moralmente desclassificados.

5.1

A construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”

Acreditamos ter demonstrado nos capítulos anteriores os fatores que se encontram presentes na construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”, bem como a maneira pela qual esta construção se deu. Ainda que não possamos apontar, em nossas análises, conclusões definitivas, foi possível evidenciar a intrincada rede de relações sociais e os meandros políticos e conceituais que interagiram na construção de nosso objeto. Neste sentido, ratificaremos resumidamente os aspectos relevantes de nossa análise acerca da construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”.

O primeiro aspecto que destacamos está diretamente relacionado à nossa hipótese inicial que sofreu consideráveis mudanças no curso do processo de pesquisa. Para tanto, se faz necessário retomar este ponto já abordado na introdução. A gênese de nossa motivação para tal pesquisa partiu da seguinte indagação: é possível reconstruir historicamente a trajetória e os fatores presentes na genealogia da problemática das crianças e jovens em “situação de rua” na cidade do Rio de Janeiro? A partir desta pergunta inicial chegamos a hipótese central de nossa dissertação, a saber: se for possível reconstruir historicamente a problemática das crianças e jovens em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, em que medida o processo de escravidão vivido pela sociedade carioca e a maneira como se deu a abolição podem ser descritos como fatores preponderantes na arquitetura desta problemática? Atentamos para o fato de que não estamos buscando respostas que indique uma relação de causalidade ou gênese desta problemática e sim respostas que possibilite compreender os diferentes artifícios, as discontinuidades e as contradições presentes no processo histórico de construção de nosso objeto.

Ao responder nossa primeira questão, se é possível construir historicamente a genealogia das crianças e jovens em situação de rua, verificamos que metodologicamente não seria viável transpor para século XIX – pelas razões apresentadas na introdução – a expressão literal crianças e jovens em “situação de rua”. Este fato nos levou a optar, por aproximação, a desenvolver nosso trabalho a partir da ideia de “vadios” e “vagabundos”. Ainda que não seja possível adaptar

de forma linear a ideia de crianças e jovens “vadios” e “vagabundos” do final do século XIX para a ideia de crianças e jovens em “situação de rua”, surgida nas últimas décadas do século XX e que a associação entre os dois personagens se constitui em mera inferência, sem fundamentação teórica que sustente esta associação, foi possível verificar a interseção de alguns fatores que ligam estes dois personagens. A partir de uma lógica que leva em conta a descontinuidade, rupturas e lacunas deste processo, defendemos o ponto de vista de que estes dois personagens se encontram de forma atemporal nas práticas sociais desumanas do Estado e da sociedade, destinadas à resolução desta problemática. Ao discutirmos estas práticas sociais, foi possível verificar que algumas estratégias construídas a partir do saber policial não século XIX para o enfrentamento da problemática de crianças e jovens “vadios” e “vagabundos”, que vagavam pelas ruas do Rio no século XIX, foram atualizadas e re-significadas no século XX, sem perder a lógica essencial sob a qual foram concebidas. Neste sentido, podemos citar a prática do recolhimento, do confinamento, da retirada do convívio social, da reeducação através do trabalho e a proposta de uma inclusão social subalternizada, como técnicas pedagógicas para lidar com esta questão.

No caso da prática do recolhimento, é possível observar, presente nesta ação, o sentido de limpeza urbana, de prevenção aos crimes maiores e a ideia de que a rua não é local adequado para o convívio de crianças e jovens. Cabe ressaltar, mais uma vez, que o termo recolhimento era empregado pelos chefes de polícia em seus relatórios ao se referirem ao número de “vadios” e “vagabundos” presos. Mesmo que não seja prudente afirmar categoricamente a relação entre a prática de recolhimento das crianças e jovens “vagabundos” no século XIX, com o recolhimento das crianças e jovens em situação de rua nos dias atuais, também não seria recomendável descartar completamente esta possibilidade. Defendemos o ponto de vista de que há uma relação entre as duas práticas de recolhimento, devido ao fato de podermos observar a semelhança de determinados significados presentes nesta ação, tanto no final do século XIX, quanto no final do século XX e início do XXI. É possível evidenciar nos dois casos a presença da ideia de limpeza urbana e o fato de que não se leva em conta as necessidades e especificidades destas crianças e jovens ao dar mais importância aos anseios da sociedade de se ver livre deste incômodo. Outro fato que aponta para semelhanças dos

significados entre os recolhimentos de crianças e jovens nas ruas do Rio, no século XIX e na atualidade, é a ideia de que são incorrigíveis e que não há outro meio de resolução desta problemática a não ser pela exclusão do meio social ou o confinamento. E, por fim, o fato de que o recolhimento de crianças e jovens pobres das ruas pode ser verificado no arsenal de práticas sociais ou como política de Estado, durante todo o século XIX, XX e agora no XXI. Esta prática de recolhimento se estabeleceu como um instrumento e foi empregado no enfrentamento da problemática de crianças e jovens pobres e desqualificados presentes nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos séculos.

Outro fato, que nos leva a propor uma interseção atemporal entre as práticas de recolhimento das ruas de crianças e jovens “vadios” e “vagabundos” no final do século XIX e as crianças e jovens em “situação de rua” é a técnica pedagógica de reeducação e correção através do trabalho. Esta questão – da correção pelo trabalho – vivenciada em diversos países no século XIX e XX, enquanto método de ação sobre a pobreza desqualificada pode ser descrita no caso do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, a partir da perspectiva da inclusão subalternizada na sociedade. É notório o fato de que eram reservados para as crianças e jovens recolhidos das ruas pelo motivo de serem qualificados de “vadio” ou “vagabundo”, os trabalhos braçais, que ocupavam os postos mais subalternos da cadeia produtiva. Com vistas a serem reeducados ou corrigidos, a polícia encaminhava estas crianças e jovens para trabalhos domésticos, para os trabalhos pesados da Armada ou para o trabalho forçado nas colônias agrícolas e penais. No mesmo sentido, podemos observar em todo século XX uma grande parte de instituições estatais, como por exemplo, a Escola XV, que posteriormente passou a se chamar Serviço de Atendimento ao Menor – SAM, ou mesmo o patronato agrícola de Conceição de Macabu que está presente na estrutura de atendimento da Fundação para Infância e Adolescência – FIA até os dias atuais. Inúmeros são os exemplos que podemos citar, no século passado e no atual, de instituições de correção e reeducação através de trabalhos desqualificados para o âmbito geral da sociedade como: corte e costura, confecção de vassouras, engraxate e, mesmo os atuais curso de informática que na verdade não capacita para o trabalho nesta área, entre outros.

Cabe destacar que as similitudes ressaltadas na prática do Estado em relação as crianças e jovens pobres recolhidos das ruas no século XIX, XX e XIX não devem ser vistas como uma mera atualização. O que estamos propondo não é a simples transposição destas práticas de uma realidade a outra, e, sim, chamando a atenção para o fato de que é possível demonstrar a presença de determinados significados relacionados à ordenação urbana nas práticas do Estado, que pouco se alterou em relação às crianças e jovens pobres moralmente desclassificados, presentes nos espaços públicos. Este fato pode ser observado nas ações de saneamento urbano no final do século XIX e início do XX ou nas atuais ações de choque de ordem, promovidas pela recém criada Secretaria de Ordem Pública do município do Rio de Janeiro. Neste sentido, nos valem das palavras de Loic Wacquant¹⁶⁷ para o qual,

“a luta contra a delinquência urbana [é] um perpétuo espetáculo moral [que] permite, efetivamente, reafirmar simbolicamente a autoridade do Estado, justamente no momento em que se manifesta a sua impotência na frente de batalha econômica e social. (...) [E, que] a guerra "para limpar as ruas da sujeira" é defendida por divulgações de estudos, publicações de livros, defesa de opiniões apaixonadas, programas midiáticos, discursos raivosos, que levam a um ódio da pobreza; isto patrocinado por autoridades públicas e organismos criados para tal finalidade.”

Em relação a nossa hipótese – se o estatuto da escravidão pode ser descrito como o principal fator propiciador da construção histórica das crianças e jovens em “situação de rua”, ou, se podemos imputar ao estatuto da escravidão os fatores preponderantes na construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”? – chegamos a uma inesperada conclusão. A resposta a que chegamos, a partir dos dados levantados em nossa pesquisa, refuta nossa hipótese por um lado e, por outro, evidencia a necessidade de se levar em conta o estatuto da escravidão como um dos fatores presentes, porém não preponderante, na construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”.

No primeiro caso, nossa hipótese é refutada a partir da sistematização dos dados dos registros de entrada de presos na Casa de Detenção da cidade do Rio de Janeiro. Segundo estes dados, explorados detalhadamente no capítulo anterior, a maioria das crianças e jovens recolhidos a Casa de Detenção pelo motivo de “vadio”, “vagabundo” ou desordeiro, era composta por indivíduos de cor branca,

¹⁶⁷ Loic Wacquant, *A Aberração Carcerária*, 2008.

seguida pelos mestiços e, por último, em menor quantidade, os de cor preta. Estes dados apresentam pouca variação estatística no período estudado, seja antes ou após a abolição, com uma forte presença de estrangeiros, que representavam mais de 40% dos presos, nos registros pesquisados. Outro aspecto a destacar é que a maioria dos presos pelo motivo de vadiagem e/ou vagabundagem tinham ocupação e moradia. Ao relacionar estes dados com os estudos e pesquisas de diferentes autores – citados no decorrer de nosso trabalho – sobre a cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, foi possível chegar às seguintes afirmações em relação à construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”:

- (1) Constatamos que não é possível definir uma característica ou um perfil predominante das crianças e jovens recolhidos das ruas do Rio de Janeiro nas últimas três décadas do século XIX.
- (2) Verificamos que as características e perfil destas crianças e jovens devem ser percebidos a partir da ideia de miscibilidade, um mosaico de diferentes matizes de cores, credos, raça, etnia e culturas,
- (3) É fato o expressivo número de crianças e jovens estrangeiros pobres e desqualificados recolhidos das ruas por vadiagem, vagabundagem ou desordem,
- (4) É crível o baixo número de escravos e ex-escravos presentes nos registros de presos da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, mesmo após a abolição.
- (5) Fica evidente - ao relacionarmos os dados do motivo de prisão com a ocupação e moradia dos presos - que a ideia de “vagabundo” estava menos conectada ao fato de não ter moradia ou ocupação e mais vinculada ao tipo de moradia, ocupação e comportamentos dos classificáveis.

Estas comprovações nos revelam que não se pode tomar o processo da escravidão e abolição como demandas sociais produtoras das crianças e jovens pobres recolhidos das ruas por serem qualificados de “vadios” e “vagabundos”. Além disso, pôde-se verificar que os estrangeiros pobres e desqualificados, principalmente portugueses, exerceram significativo papel na construção social

das noções de “vadios” e “vagabundos”. Neste sentido, construímos argumentos baseados em nossa pesquisa e na análise bibliográfica que nos levaram a tecer interpretações capazes de explicar o baixo número de escravos e ex-escravos recolhidos das ruas e presos na Casa de Detenção da cidade do Rio de Janeiro, pelo motivo de categorização como “vadio” e “vagabundo”, a saber:

A proibição do tráfico negreiro, de fato a partir de 1850, leva a uma diminuição da presença escrava nas ruas da cidade Rio de Janeiro com a venda maciça de escravos para as fazendas do interior. Este fato, aliado à grande valorização que o escravo sofreu pela escassez da oferta, configura como fatores que levaram os senhores a exercerem maior vigilância e menos permissividade da livre circulação nas ruas, como na primeira metade do século XIX. Outro fato que podemos descartar é o projeto de branqueamento da sociedade brasileira que incentivava a entrada de imigrantes, dos quais a expressiva maioria eram homens solteiros, pobres e desqualificados profissionalmente, com número considerado de analfabetos. Por fim, destacamos o fato de que é possível demonstrar através da bibliografia analisada a existência de uma rede de solidariedade e proteção para os escravos e ex-escravos, composta por quilombos, casas coletivas, terreiros e irmandades, estruturados nas freguesias urbanas e suburbanas. Estrutura e rede de solidariedade, com a qual não contavam os imigrantes pobres e desqualificados. Estes argumentos explicativos que apresentamos para o fato constatado da maioria branca e a grande presença estrangeira em relação a minoria negra e mestiça recolhidos das ruas e presos na Casa de Detenção por “vadio” e “vagabundo” deve ser percebida como a formulação de novas questões, que apresentam novos caminhos e não como a construção de uma análise conclusiva.

Retomando nossa hipótese central, chegamos a conclusão de que não podemos conferir ao estatuto da escravidão uma relevância central como um aspecto fundamental na construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”, ou como um fator explicativo na constituição das características e perfil de nosso personagem. Neste sentido, podemos afirmar que as demandas sociais surgidas a partir da experiência do cativo e da maneira como se deu o processo de abolição não se constitui como fatores preponderantes e explicativos da constituição das características e perfil das crianças e jovens recolhidos das ruas do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX, por motivos de “vadios” e

“vagabundos”. No entanto, podemos demonstrar que o estatuto da escravidão exerceu importante papel, entre outros fatores, na institucionalização de práticas sociais, discursos e técnicas pedagógicas centradas na ordem, na relação arbitrária do poder de punir, na correção pelo trabalho desqualificado, num tipo de inclusão subalternizada e no banimento do convívio social.

A experiência do cativo vivenciada pela sociedade carioca e o processo de desmonte do estatuto da escravidão, se fazem presentes de forma relevante na construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”, a partir dos seguintes aspectos: a maneira como se deu o processo de construção da nova ética do trabalho, que, apesar de estar assentada em conceitos importados dos principais países europeus, se constitui referenciada em valores morais relacionados diretamente à experiência social do cativo. De maneira que, a ideia de ócio passa a ser associada categoricamente às noções de “vadios” e “vagabundos” inadaptados ao mundo do trabalho livre. Outro aspecto que contribui para o nosso ponto de vista, diz respeito à maneira como o escravo era visto enquanto antítese, a partir de seu modo de vida, aos princípios da higiene. De certa forma, esta percepção passa a ser atribuída aos pobres moralmente desclassificados, que em nosso caso é representado pelos “vadios” e “vagabundos”. E, por fim, a moral escrava, presente em instituições e nas relações sociais de subordinação.

Podemos demonstrar a presença da moral escrava através de três aspectos interrelacionados. O primeiro é a prática do arbítrio exercido no cotidiano do poder policial relacionado às crianças e jovens pobres classificados por “vadios” e “vagabundos”. Esta prática habitual se dava tanto no exercício do poder policial nas ruas, quanto no interior das instituições gerenciadas pela polícia. E, se configurava por um poder absoluto e extrajudicial, aceito explicitamente por diversos setores da sociedade. O segundo aspecto diz respeito às relações pessoais de subordinação, calcadas na moral escrava, entre as autoridades estatais e os “vadios” e “vagabundos”. E por último, o fato de que a moral escrava se coaduna com as ideias de degenerescência e hereditariedade, que, ao serem atribuídas como gêneses dos comportamentos desviantes, imputa aos “vadios” e “vagabundos” a ideia de incorrigível nato, percebendo estes como uma anomalia social do processo de civilização. Este fato, por sua vez, justifica o emprego de práticas desumanizantes no enfrentamento desta problemática.

O processo de generalização das noções de “vadios” e “vagabundos”, segundo nosso ponto de vista, está inserido na maneira como os espaços públicos são significados, na ideia de civilização e progresso materializada na instauração da ordem urbana, na necessidade de construir um povo e fabricar uma nação e na forma como a sociedade carioca vivenciou a experiência do cativo. Esta generalização tem a polícia como o principal agente construtor de um saber disseminador das noções de “vadios” e “vagabundos”. Dessa maneira, observamos que a polícia constrói um saber sofisticado relacionado aos perturbadores da ordem pública, a ponto de instituir técnicas de ação, métodos de punção e correção e ainda propor a formulação de políticas de Estado relacionadas à assistência. Neste sentido, desenvolvemos o próximo tópico para fundamentar os argumentos de que a polícia é também formuladora e operadora de políticas de assistência destinadas a “esses grandes nômades [anormais e incorrigíveis] que giram em torno do corpo social, mas que o corpo social não o reconhece como fazendo parte dele” (Foucault, 2006, p. 120). No entanto, estes argumentos devem ser vistos como aspectos que se descortinam em novos horizontes e revelam novas questões a serem investigadas.

5.2

A polícia e a idéia de assistência

A formação do Estado-nação brasileiro não diz respeito apenas às transformações políticas e sociais, neste processo também é possível observar um rearranjo e a organização de um conjunto de intuições e práticas sociais. Neste sentido, é demandada a formulação de um saber absolutamente novo, capaz de responder às necessidades de modernização e civilização da sociedade carioca. Cabe destacar que na época focada por nosso estudo ainda não se observava uma preocupação específica na produção científica de médicos, juristas ou filantropos que discutisse a infância pobre ou a pobreza moralmente perigosa, a partir de uma classificação do grau ou do tipo de perversão e degenerescência dos pobres desviantes (Rizzini, 2008). Este fato aponta, ainda com mais veemência, o papel do corpo policial na produção de um saber classificatório, capaz de identificar os tipos pobres perigosos e indicar qual o “tratamento” a que seriam submetidos.

Este saber classificatório se estrutura de forma sofisticada, a ponto de estabelecer fluxos, criar métodos e instituir técnicas no gerenciamento de instituições correcionais, punitivas e assistenciais, estruturadas enquanto uma rede de ações destinadas aos pobres moralmente perigosos.

Com a mudança para o novo regime e a necessidade de inserção dos libertos no novo mundo do trabalho livre, a inclusão de novos atores na economia informal a partir da grande migração e imigração – incentivadas, em grande parte, pela ampla disseminação do discurso liberal –, a cidade do Rio de Janeiro passa a viver, ainda de forma mais aguda, as contradições entre a marginalização de diversos setores das classes populares e a consolidação de uma elite republicana vitoriosa. A igualdade e a liberdade, disseminadas e reforçadas no discurso liberal, contrastava com o avigoro da força pública policial no controle urbano, com a intensificação da desigualdade social e com o desvalimento e marginalização dos excluídos. Estes desafios impostos as elites dirigentes provocaram respostas direcionadas para a repressão a vadiagem e a vagabundagem. Estas respostas enxergavam na disciplina, através da nova ética do trabalho, algum tipo de inclusão subalternizada dos pobres perigosos que não estavam inseridos nesta nova ordem social. Desta forma, a polícia se afirma como um importante poder no interior do sistema de regulação da ordem pública, definindo um amplo leque de estratégia, margeadas pela repressão, pela correção e pela filantropia. De maneira que as análises e o exercício de poder dos chefes de polícia passavam a integrar os mecanismos legais e os meios de produção na nova ordem social. Neste sentido afirma Holloway (1997, p. 19),

“a historia da polícia (...) insere-se no quadro de uma transição mais geral do controle exercido tradicionalmente através de hierarquias privadas para o exercício moderno do poder através das instituições públicas (...) focalizando-se o ponto em que a repressão e a resistência se atritaram nas praças, nas ruas e nos becos da capital do Brasil. O calor desprendido dessa fricção foi o catalisador da formação de instituições e procedimentos que aplicaram um verniz de modernidade a atitudes e relações tradicionais, protegendo-as e fortalecendo-as”.

Diante do exposto, desmontaremos, através dos documentos históricos pesquisados, a maneira pela qual se pode comprovar a relevância do aparelho policial, enquanto um importante ator social na formulação e execução das políticas de assistência destinadas à pobreza perigosa. Neste sentido, afirma o chefe de polícia no relatório de 1880 e 1881 ao criticar a lei de 02 de setembro de

1871, para o qual esta lei “*robou a força e o prestígio da polícia e o bom desempenho dos vários ramos do serviço público confiados a [ela]*” (grifo nosso)¹⁶⁸. “*A polícia, que é visualmente o sinónimo de ordem*”¹⁶⁹, não se furtava em propor modelos de atuação, métodos de gerenciamento de instituições correccionais e assistenciais, fundamentada na construção de diagnósticos sociais, de forma que pudesse “*ser aproveitadas algumas idéas baseadas na experiência, que raras vezes falha*”¹⁷⁰. Neste sentido, aponta chefe de polícia no relatório de 1871 que em “*conformidade com a opinião de meus predecessores, cuja sensatez tem sido demonstrada pela experiência (...) são notórias as causas do mal, que progride de modo desanimador e afecta muito directamente a sociedade reclamando dos Supremos Poderes do Estado prompto e energico remédio*”¹⁷¹.

A “*justiça encarregada da prevenção e punição dos crimes*”¹⁷² tinha no corpo policial não só o principal agente executor da legislação, como também um importante ator na proposição de leis e penalidades. A polícia tinha a capacidade de tecer argumentos jurídicos e de criar protocolos e procedimentos tanto para a gestão institucional, quanto para a ação cotidiana de manutenção da ordem urbana, desta maneira, afirma o chefe de polícia que não “*podemos senão relatar actos alheios e, de nossa parte, propor algumas idéias*”¹⁷³, conforme aponta no relatório de 1880 e 1881.

“A applicação da penalidade do art. 281 do código criminal deve ser confiada á policia correccional (...). A falta da policia correccional, que vigora nos paizes cultos como essencial à repressão e punição prompta e immediata dos pequenos delictos, - é outra necessidade, que cada vez se patentea mais sensível, em vista dos excessos diariamente postos em pratica, com detrimento da ordem e moralidade publica, - pelos vadios, bêbados, turbulentos, vagabundos e viciosos de ambos os sexos. (...) Sem estas primeiras e mais urgentes reformas e melhoramentos, a policia desta grande capital não poderá ser elevada à altura em que deve Ella pairar, afim de ficar habilitada e preparada à prestar, na defesa da ordem social e da moral publica, e na segurança individual e de propriedade, os importantes séricos para cujo desempenho e satisfação é creada e sustentada essa necessária instituição em todos os paizes cultos e civilizados.(...) Entende o actual chefe de policia que os vagabundo deveriam estar sujeitos à justiça correccional como acontece em paizes cultos; e que sendo elles, na maior parte, de nacionalidade estrangeira, haveria conveniência na adopção dos 259 do código

¹⁶⁸ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1880-81.

¹⁶⁹ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1870.

¹⁷⁰ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1880-81.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Ibidem.

¹⁷³ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1890-91.

*penal portuguez e 272 do código penal francez, em virtude dos quaes os estrangeiros vagabundos, quando recalcitrantes, são mandados retirar do paiz.*¹⁷⁴

O trecho do relatório descrito acima evidencia que a polícia elaborava um sofisticado conhecimento, capaz de influenciar os diversos setores do Governo na elaboração de leis, na criação de instituições e na instrumentalização de técnicas. Atentos às diversas experiências e legislações internacionais, principalmente a europeia, que aliadas à experiência cotidiana os credenciavam como um dos principais formuladores e executores das práticas sociais destinadas ao enfrentamento da problemática das crianças e jovens pobres “vadios” e “vagabundos” presentes nas ruas.

Entre os “vadios” e “vagabundos” presentes nas ruas do Rio, no final do século XIX, tinham grande incidência de estrangeiros, como demonstramos. A polícia através de sua burocracia, também percebia estatisticamente a importância numérica deste grupo entre os diversos tipos de “desordeiros”, “vadios” e “vagabundos” recolhidos da rua e buscava meios que pudessem resolver esta questão. Neste sentido que, em 20 de outubro de 1879, o chefe de polícia escreve *“reservado a sua Majestade o Imperador, [que] há por bem que V.S. de as necessarias providencias, afim de que dentro do prazo maiss breve sejam deportados para fora do império os estrangeiros, a que alludem os inqueritos e relatórios juntos aos seus officios.”*¹⁷⁵ Não só os portugueses pobres – maioria entre os estrangeiros – eram recolhidos das ruas, uma diversidade de “nacionalidades” poderia ser encontrada “vadiando” pelas ruas do Rio, como demonstra o ofício de 33 de dezembro 1887, do ministro da justiça em resposta ao ofício nº 132 de 24 de maio do mesmo ano, através do qual o chefe de polícia solicitava

“providencias contra o facto (...) de afluirem a esta Corte numeroso grupo composto por homens, mulheres e crianças, que se dizem de nacionalidades Turca e Arabe, entregues (...) a ociosidade e a mendicância”. O ministro declara em *“resposta, que convem empregar todos os meios (...) afim de que estes estrangeiros, já residentes no paiz, tomem occupação útil, e, se não for possível (...) prover o bem dos menores na forma determinada pelo ávido de 1885, expedido aos juizes de orphãos da corte, e reprimir a ociosidade dos maiores, se forem validos,*

¹⁷⁴ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1880-81.

¹⁷⁵ AN - Série Justiça IJ 6 – 22.

*pelos termos de bem viver, e se forem inválidos pela providencia de serem recolhidos ao Asylo de Mendicidade ou outro estabelecimento semelhante”*¹⁷⁶.

É possível ainda demonstrar que a polícia era a responsável não pelo só pelo recolhimento dos “vadios”, “vagabundos” e desordeiros das ruas, como também era ela quem classificava o grau de periculosidade, degenerescência ou incorrigibilidade de cada caso. De acordo com a classificação empregada, também era a polícia quem definia qual encaminhamento seria dado aos casos de crime de contravenção – para onde seriam enviados os recolhidos das ruas. Como podemos verificar no relatório de dos anos de 1890 e 1891, o qual demonstra que *“de 01 de setembro do anno passado [1890] a 30 de abril ultimo [1891] foram recolhidos ao Deposito desta Repartição 2.733 individuos. (...) Todos elles tiveram destino legal, sendo soltos aquelles contra os quaes não cabia procedimento official e removidos para a Casa de Detenção os que estavam sujeitos a processo”*¹⁷⁷.

No ofício de 05 de novembro de 1888, é possível evidenciar o papel do corpo policial na elaboração de um saber e na institucionalização de práticas sociais. Neste sentido, escreve o chefe de polícia que *“nestes ultimos anos [tem aumentado o número] de colonos vadios, de velhos inválidos e meninos, destinados a explorar a caridade da capital do Império, quando infermos ou incapases pelos vícios contraídos, sendo então agasalhados no Asylo de Mendiciade; e porque cumpre acautelhar tanto o quanto a imoralidade publica, resultado de importação no Brasil de desgraçados, cujo a assistência (grifo nosso) devem ficar a cargo do países de nascimento”*.¹⁷⁸ Fica demonstrado que a polícia tinha uma elaboração teórica e uma atuação prática relacionada à ideia de assistência como proteção e correção para aqueles que eram considerados – segundo seu saber classificatório – incapazes para a prática de certos atos da vida civil. Podemos observar que as análises sociais construídas pelo saber policial geravam técnicas e práticas sociais, na busca pela solução da questão analisada, como, por exemplo, a proposta do chefe de polícia para que fosse pago passagem para encaminhar os presos por serem considerados “desordeiro”, “vadio” ou

¹⁷⁶ AN - Série Justiça IJ 6 – 24

¹⁷⁷ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1890-91.

¹⁷⁸ AN - Série Justiça IJ 6 – 24.

“vagabundo” – entre outros crimes de contravenção – para seus estados ou países de origem.¹⁷⁹

As preocupações da polícia com as questões relacionadas às ideias de assistência e filantropia ficam ainda mais flagrantes, no ofício enviado ao chefe de polícia, e à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, em 18 de outubro de 1888, pelo Dr. José Eduardo Teixeira de Souza, no qual demonstra a “*taboa da mortalidade no Asylo de Mendicidade deste 1882, cujo o resultado tanto me aflige*”, como evidencia a tabela abaixo. Neste mesmo ofício, o Dr. José propõe as medidas que “*devem ser tomadas para modificar as condições hygienicas do estabelecimento e dos asylados*”.¹⁸⁰

Tabela 12

Número de mortes no asilo de mendicidade	
Ano	N. de Mortes
1882	120
1883	81
1884	223
1885	221
1886	207
1887	133
1888*	95
TOTAL	1.080

* até 15 de outubro. Fonte: AN - Série Justiça IJ 6 – 24.

Podemos reforçar, ainda mais, nossa afirmação de que a polícia se constituía num importante ator, o qual exercia um relevante papel na construção de uma saber e de uma prática ligados à ideia de assistência, através dos ofícios descritos parcialmente abaixo. Em 13 de março de 1880, o diretor da Casa de Detenção se dirige ao chefe da polícia nos seguintes termos: “*referindo-me ao ávido de 4 do mez findo declaro a VS em resposta ao ofício b98 de 4 do corrente, que, para diminuir a aglomeração de individuos recolhidos a Casa de Detenção, convem a*

¹⁷⁹ AN - Série Justiça IJ 6 – 22. Ofício de 17 de junho de 1889. Cabe comentar que o pagamento de passagens para o retorno ao estado de origem, faz parte, ainda na atualidade, do arsenal de técnicas e práticas sociais que a Secretaria Municipal de Assistência Social do município do Rio de Janeiro, usa no atendimento à população em “situação de rua”.

¹⁸⁰ AN - Série Justiça IJ 6 – 24.

expedição das necessárias ordens, a fim de serem transferidos para o Asylo de mendigos os velhos, vagabundos e alienados que ali não estiverem por mandado das autoridades competentes; convindo, outrossim, providenciar de modo a evitar quanto for possível a demora de escravos detidos a ordem de seus senhores n'aquela casa” ¹⁸¹. No dia 28 de outubro de 1879, o Diretor do Asylo de Mendicidade escreve ao chefe de polícia para dar explicações sobre “o resultado das diligencias, a que se procegue a respeito do escravo João, que se acha alienado e foi recolhido ao Asylo de mendigos a disposição do Juiz de Orphão da 1ª vara, conforme comunicou V.S. em officio nº 460 do 23 corrente”¹⁸². Também no dia 26 de fevereiro de 1880, o Diretor do Asylo de Mendicidade, escreve ao chefe polícia para confirmar o “o recebimento do officio nº 85 de 21 do corrente em que V.Sa. comunica que a escrava Feliciano foi recolhida ao Asylo de mendigos à disposição do Juiz de Orphãos da 1ª vara, por não ter sido reclamada e sofrer de alienação metal” ¹⁸³.

A polícia não só funcionava como um dos principais agentes que encaminhava os pobres desclassificados recolhidos das ruas para rede de instituições filantrópicas, como ela própria gerenciava este tipo de instituição como o *Asylo de Mendicidade* criado em 1879, que ficou sob sua administração até o ano de 1892, quando passa a ser gerenciado pela Intendência Municipal. Podemos também afirmar, a partir dos documentos analisados, que o *Asylo de Mendicidade* fazia parte das reivindicações da polícia, no intuito satisfazer a necessidade de imprimir diferentes tipos de punição e correção de acordo com sua lógica classificatória e os modernos ensinamentos da “ciência”. Esta afirmação se fundamenta no ofício de 03 de junho de 1879, expedido pelo Gabinete do Ministério da Justiça, “em resposta ao officio de 28 do mez findo” encaminhado pelo chefe da polícia. Neste ofício, declara o ministro Lafaiete Reis Pereira, “que dentro em poucos dias será instalado o novo Asylo de Mendigos e que em seguida se fará entrega do barracão da prias de Ssanta Luzia” ¹⁸⁴. No dia 10 de junho de 1879 o ministro Lafaiete cumpre sua promessa e ordena ao chefe de polícia que, “o novo Asylo de Mendigos, cuja inauguração tem lugar hoje, fica sob a imediata

¹⁸¹ AN - Série Justiça IJ 6 – 22.

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Ibidem.

direção de V.S., ate que seja formulado o respectivo regulamento” ¹⁸⁵. Aproximadamente um ano e meio após a inauguração, a questão da formulação do regulamento *do Asylo de Mendicidade* aparece no ofício enviado em 13 de dezembro de 1878, pelo chefe de polícia da corte ao diretor do *Asylo de Mendicidade*, no qual escreve que “*convem que V.S. apresente as bases do regulamento para o Asylo de Mendicidade, a que se refere o art. 16 paragrafo 8 da lei nº 2670 de 20 de outubro de 1875*”¹⁸⁶. Após quase dez nos de funcionamento do *Asylo*, em 26 de outubro de 1888, o coronel comandante geral do corpo de militar de polícia da corte escreve um ofício ao chefe de polícia, para argumentar que, “*tendo sido exonerado desta data do cargo, o diretor do Asylo de Mendicidade, recomendo-a vossa senhoria a designação de um oficial deste corpo (...) para ocupar o cargo enquanto não fosse nomeado um diretor definitivo*” ¹⁸⁷. A implicação da polícia e do Ministério da Justiça com as questões relativas à gestão do *Asylo de Mendicidade* pode ser demonstrada, quatorze anos mais tarde, no ofício que o coronel João Baptista – comandante da Brigada Policial da Capital Federal – encaminha em 19 de fevereiro de 1892 ao Dr. Fernando Lobo, ministros dos negócios da justiça. Neste ofício, escreve o coronel que “*o 2º Batalhão de Infantaria d’esta brigada, lembra a conveniência de aproveitar-se para aquartelamento do mesmo Batalhão no edifício em que presentemente funciona o Asylo de Mendicidade, transferindo este para o vasto prédio ocupado pelo Asylio dos Meninos desvalidos, em Vila Isabel, o qual vai dentro em pouco ser desocupado*” ¹⁸⁸.

Fica ainda mais manifesta a atuação do chefe de polícia como gestor de uma rede de instituições punitivas, correccionais e assistenciais, bem como, a relação do saber policial com a ideia de assistência no ofício de 15 de novembro de 1888 destinado ao *Secretário do Estado e Negocios Estrangeiros*. Neste ofício, o chefe de polícia da corte pede consentimento ao secretário para “*obter a vinda de quatro religiosos da ordem dos trapistas, que tanto se há distitguindo na Europa, especialmente na Italia, (...) para a direção da colonia agricola fundada pelo*

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ AN - Série Justiça IJ 6 – 24.

¹⁸⁸ AN - Série Justiça IJ 6 – 302.

*Governo Imperial na Ilha do governador, destinada a corrigir e regenerar pelo trabalho os mendigos e vagabundos.”*¹⁸⁹.

Desta forma, podemos perceber a ingerência da polícia na dinâmica social, sua relação com a idéia de assistência e o fato de que seu papel no ordenamento urbano é muito mais abrangente do que a representação do agente da ordem. A polícia também promovia os fluxos e articulava uma rede de intuições e serviços sociais e filantrópicos, bem como procurava adequar suas próprias instituições aos princípios da “ciência”, como nos países “civilizados” e “cultos”. A preocupação com o melhoramento das condições físicas das prisões e abrigos, como meio de realizar os procedimentos mais adequados, era uma reivindicação das autoridades policiais. Esta preocupação pode ser observada no ofício de 25 de janeiro de 1879, no qual o chefe de polícia – para fundamentar tal pedido ao Ministro da Justiça – solicita ao diretor da Casa de Correção para que este “*declare quais são as obras indispensáveis e mais urgentes, bem como, a respectiva importância, afim de poder o Asylo de Mendicidade acomodar os alienados*”¹⁹⁰. Em 13 de março de 1879, o ministro, em resposta ao ofício do chefe de polícia, comunica, “*que oportunamente se providenciara acomodações de alinados no Asylo de Mendigos, visto não poderão ser por ora realizadas as obras com este fim*”¹⁹¹.

Destacamos que a solução encontrada pelo chefe de polícia para a presença inadequada de alienados no *Asylo de Mendicidade* e na *Casa de Correção* foi o desenvolvimento de articulações e parcerias junto a outras instituições. Neste sentido, destacamos o ofício que o chefe de polícia da corte envia ao diretor do *Asylo de Mendicidade*, em 14 de agosto de 1888, no qual autoriza “*o Sr. Jose Eduardo (...) a remover os alienados do Asylo de Mendiciade (...) para o hospício ou o mosteiro de São Bento (...) na Ilha do Governador*”¹⁹². Da mesma forma, o ofício de 27 de agosto de 1888, expedido pelo chefe de polícia da corte ao Ministro da Marinha, para justificar a *necessidade* de “*remover os loucos e mendigos, tão inconveniente juntos no Asylo de Mendicidade, para o mosteiro de São Bento e a ponta do galeão na Ilha do Governador*”¹⁹³. Este tipo de articulação buscava resolver os problemas relativos à prisão, à correção, ao

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ AN - Série Justiça IJ 6 – 22.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² AN - Série Justiça IJ 6 – 24.

¹⁹³ Ibidem.

tratamento, ao abrigo e à adoção, que cabia à polícia resolver e dar o encaminhamento adequado, quando recolhia das ruas as crianças e os jovens pobres, pelo motivo de serem tomados pelos epítetos de “vadio”, “vagabundo”, “desordeiro”, “abandonado”, “alienado”, “ébrio”, “mendigo”, etc.

As tabelas abaixo confirmam nossos argumentos de que a polícia estabelece um fluxo institucional como método capaz de adequar o tipo de punição ao tipo de punido, ao mesmo tempo em que demonstra a capacidade do instrumento burocrático na produção de dados estatísticos que fundamentam sua prática e sua técnica. Como exemplos, demonstramos o movimento do *asylados* nos anos de 1880-81 e 1890, através do qual podemos perceber uns dos muitos tipos de fluxos que a polícia promovia e gerenciava.

Tabela 13

Movimento dos <i>asylados</i> nos anos de 1880-81	
Movimento dos <i>asylados</i> no ano de 1880	Nº de <i>asylados</i>
<i>No 1º de janeiro de 1880 existiam recolhidos</i>	239
<i>Entraram durante o dito anno</i>	653
<i>Sahiram removidos para os hospitaes</i>	708
<i>Ficaram no ultimo do anno</i>	184
Movimento dos <i>asylados</i> no ano de 1881	
<i>Existiam no 1º do anno</i>	184
<i>Entraram</i>	650
<i>Shairam</i>	600
<i>Ficaram</i>	234

Fonte: Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1880-81.

Tabela 14

Movimento dos <i>asylados</i> no ano de 1890	
Movimento dos <i>asylados</i>	Nº de <i>asylados</i>
<i>Existiam</i>	275
<i>Entraram</i>	409
<i>Total</i>	684
<i>Shairam</i>	404
<i>Ficaram</i>	280

Fonte: Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1890-91.

Tabela 15

Características dos <i>asylados</i> que entraram no ano de 1890			
Origem	Homens	Mulheres	Total
Nacionais	153	131	284
Estrangeiros	96	29	125
Total	249	160	409
Faixa etária			
Maiores de 14 anos	212	151	363
Menores de 14 anos	38	08	46
Total	250	159	409

Fonte: Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1890-91.

Tabela 16

Características dos <i>asylados</i> que saíram no ano de 1890			
Origem	Homens	Mulheres	Total
Nacionais	167	116	283
Estrangeiros	97	24	121
Total	264	140	404
Faixa etária			
Maiores de 14 anos	262	138	400
Menores de 14 anos	04	-	04
Total	266	138	404

Fonte: Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1890-91.

Tabela 17

“Destino” dos que saíram no ano de 1890			
Tipo de “destino”	Homens	Mulheres	Total
Removidos para o hospício nacional de alienados	73	13	86
Tiveram alta	112	82	194
Evadiram-se	23	2	25
Faleceram	26	25	51
Apresentadas as autoridades competentes, em virtude de requisição	32	16	48
Total	266	138	404

Fonte: Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1890-91.

A polícia também cumpria o seu papel de manter e promover a ordem pública e social, quando buscava influenciar na formulação de leis e nos mais diversos campos da sociedade ligados moralmente ao ordenamento urbano e

social. Exercia um papel de articuladora da rede social e construía um saber técnico fundamentado na prática cotidiana e ajustado pelas diversas teorias em voga na época. Neste sentido, o chefe de polícia em seu relatório de 1890-91 propõe que a policia deve

*“promover a adopção das providencias contidas em projectos já pendentes da consideração do corpo legislativo, sobre (...) o processo e julgamento dos termos de bem viver, cujas penas, no caso de infracção, devem ser elevadas, para que possa a medida policial surtir os desejados effeitos. (...) devem ser formulados os necessários regulamentos sobre casas de jogo e capoeiras, adoptando-se igualmente meios mais efficazes para reprimir as offensas á moral e aos bons costumes.”*¹⁹⁴

Em outro trecho do mesmo relatório – 1890-91 – o chefe de polícia tece críticas à legislação penal e afirma que age extrajudicialmente nos casos que a vigilância moral justifica e que a legislação é omissa. Esta afirmação se fundamenta no fragmento do relatório relativo às casas de *tavolagem*, no qual o chefe de polícia argumenta que, *“com uma legislação penal deficiente, com posturas municipaes de disposições mal definidas, tem todavia a policia penetrado muitas vezes nesses antros do vicio, multando os seus audazes exploradores”*¹⁹⁵. O papel da polícia enquanto agente moralizador da sociedade pode ser observada nos mais diferentes campos de atuação. Esta amplitude de atuação pode ser confirmada, entre outros fatores, através do ofício enviado em 31 de agosto de 1888, pelo subdelegado de polícia da Freguesia de São José, ao chefe de polícia, para informar a realização de fiscalização e visita às casas de dormida. Segundo o subdelegado, estas aprestavam *“falta absoluta de condições de higiene e de prevenção policial, tão recomendadas em estabelecimentos semelhantes, seja pela aglomeração de pessoas suspeitas (...) pelo fato de se constituírem focos de infecção, refugio de malfeitores e depositos em que se ocultam objectos e vestígios de crimes”*.¹⁹⁶

A polícia também atuava nos crimes contra o pudor, através da realização de casamentos, para isto, exercia um papel de articuladora de uma rede social, como demonstra o relatório de 1880-81. Neste relatório, o chefe de polícia escreve que *“para a realização de taes casamentos continuou esta repartição a encontrar da*

¹⁹⁴ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1880-81.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ AN - Série Justiça IJ 6 – 24.

parte do Reverendissimo Vigario Capitular do Bispado, toda a solicitude na expedição das competentes provisões”¹⁹⁷. Fica evidente que a polícia articulava diversos setores da sociedade para o exercício de sua função e que estava em suas mãos a tarefa de cuidar também dos enfermos que eram encontrados nas ruas, como mostra o mesmo relatório: “as autoridades policiaes fizeram recolher a diversos hospitaes, durante o anno de 1880, 143 pessoas de ambos os sexos e diversas nacionalidades, que foram encontradas enfermas nas ruas da cidade. Em 1881 o numero dessas pessoas foi de 115”¹⁹⁸. Ainda neste mesmo relatório, podemos observar a preocupação da polícia também com os menores, neste sentido escreve o chefe de polícia:

“é urgente o estabelecimento de casas correcionaes para infância culpada. (...) No propósito de beneficiar a esses jovens desgarrados com a expectativa de melhor futuro, tem a policia os mandado apresentar aos juizes de orphãos, que por sua vez os tem entregados a alguns de nossos fazendeiros do interior, para os empregar na lavoura. (...) Essa media, suggerida pela falta de estabelecimentos apropriados, como colônias agrícolas, onde podessem ser admittidos taes menores, era a única providencia que em nossas circumstancias actuaes poderia ser tomada”.¹⁹⁹ [

A mesma questão é retomada dez anos mais tarde no relatório de 1992-93, no qual o chefe de polícia argumenta a necessidade de reformas na Casa de Correção e a criação de novas instituições apropriadas para reeducação dos menores recolhidos das ruas, neste sentido escreve:

*“(...) é imperiosa a necessidade de construção de outro raio na casa [de Correção]. (...) para o primeiro periodo de pena cellular, e da aquisição de uma colonia agricola para o terceiro periodo e de estabelcimento insdustriaes para a reclusão dos menores, julgo de grande efficacia a execução, quanto antes, da primeira medida, a qual será pouco dispendiosa (...) pela presença de presos condenados a penas curtas, que prejudicam a disciplina interna, viciando o regimen penitenciario a promiscuidade desses condemnados com os de longa pena*²⁰⁰.

Fica evidente que a polícia era o principal agente que realizava a triagem das crianças e jovens recolhidos das ruas do Rio, no final do século XIX, de maneira que era a partir de sua classificação estabelecida em consonância com a construção de um saber próprio que o destino destas crianças e jovens era definido. A proeminência de que a polícia se colocava enquanto formuladora e

¹⁹⁷ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1880-81.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1892-93.

propositora de ações e métodos destinados aos pobres moralmente perigosos, não só pela lógica da repressão e punição – com caso de polícia –, mas também sob a ótica da ideia de assistência pode ser demonstrada nas propostas contidas no relatório dos anos de 1880 e 1881 sobre o “*Projecto de reorganização da policia da corte*”, neste sentido sugere o chefe de policia:

*“Si me fosse licito offerecer alvitre a V. Ex. para a imprescindível e urgente organização da policia da Capital Federal, quanto ás medidas processuaes e meios de punir, eu lembraria o seguinte: (...) a organização de colonias agricolas, sobre regimen militar nas proximidades desta Capital, onde os reincidentes de furto e roubo sem violencia a pessoas, assim como de delictos contra a moralidade e outros, encontrem agazalho seguro e regenerador, libertando-se dest’arte a propriedade de seus audazes e constantes assaltos, pois está evidentemente provado, que nem a pena de prisão, que temos por tempo assaz limitado, satisfaz em taes casos, nem é possível a deportação para estrangeiros, em tão grande numero, pelo excesso de despeza e inefficacia do meio empregado; (...) a organização de colônias sob o regimen mais brando para collocação dessa immensidade de **menores sem família, sem ocupação, sem pudor, que já é hoje viveiro dos futuros criminosos, educados na mais aperfeiçoada escola do crime** (grifo nosso); restituir á policia a faculdade de reprimir aos pequenos delictos (sem exclusão das infracções dos termos de bem viver e de segurança), alguns dos quaes estão comprehendidos nas posturas municipaes, cuja infracção dever ser julgada pelo policia, para evitar impunidade, que é a triste realidade e cuja consequencia esá assignada na volumosa estatistica de taes delictos”*²⁰¹.

Percebemos, no trecho do relatório transcrito acima, a sofisticação e a fundamentação do saber construído pela polícia, que se baseava, em sua experiência cotidiana, na criação de instrumentos burocráticos que propiciavam a sistematização de dados estatísticos, nos métodos de atuação da policia dos “países cultos e civilizados” e nas diversas teorias científicas em voga na época.

Outro ponto que demonstra, nos relatórios analisados, o fato de a polícia estar intimamente ligada com as ações destinadas aos pobres desclassificados encontrados sob os mais diferentes aspectos nos espaços públicos, bem como seu papel de articuladora da rede filantrópica – a partir da lógica da assistência – para destinação dos menores encontrados nas ruas, pode ser demonstrado no relatório de 1892-93, no qual escreve o chefe de polícia:

“Entretanto, ainda não está completa a reforma policial, pois accentúa-se de modo cada vez mais imperioso a urgente necessidade de criação de colônias correccionaes, onde indivíduos que procuram na mendicidade e no roubo os meios de subsistencia, encontrem acolhimento seguro e regenerador, e de outras, sob regimen mais brando, para collocação dos menores abandonados na via publica.

²⁰¹ Brasil. Ministério da Justiça relatório dos anos de 1880-81.

(...) *Instituições filantrópicas, como os asylos de D. Josina Peixoto e D. Bernardina de Azeredo, tem recebido muitos desses entes, que estão sendo regularmente educados. (...) Compenetrado da importancia desses asylos e dos benefícios resultados que pódem prestar á infancia abandonada, o Governo destinou-lhes edificio apropriado, e espera que, enquanto não forem creadas colônias para a collocação dos mesmos menores, o Poder Legislativo os dote com um subsidio annual, de modo a habilita-los a estender por maior numero de criança os seus grandes beneficios, visto não possuírem elles fundos de attender ás suas despezas*²⁰².

Observamos, deste modo, que a polícia não só se articulava com a filantropia na composição de uma rede correcional e assistencial, mas também se valia dos mecanismos de doação como meio de custear suas despesas e modernizar seus serviços. Como fica evidente no ofício enviado pelo gabinete do governo imperial em 11 de junho de 1879. Neste ofício, o governo “*atoriza a V.Sa. a aceitar o offerecimento de uma ambulancia para o Asylo [de Mendicidade] feito pelo Dr. João Reis Farinha, e os serviços médicos gratuitos, que este e o a alunno de medicina Francisco de Paulo Ney estão dispostos a prestar aos mendigos enfermos e bem assim dos medicamentos pelo pharmaceutico Antônio Rodrigues de Paiva Monteiro*”.²⁰³ E, também o ofício de setembro de 1879 no qual “*o chefe de policia, [fica] inteirado da offerta feita ao Asylo de Mendigos por J. Bitencourt, conforme consta do offcio nº 344 de 26 do mez proximo findo, e recomnendo a V.Sa. que em nome do governo imperial agradeça a mesma offerta*.”²⁰⁴

Outro aspecto que aproxima o saber e a técnica policial da ideia de assistência e da prática filantrópica são os argumentos do chefe de polícia no relatório referente aos anos de 1880-81, fundamentando a “*urgente necessidade, [de reformar] o regulamento, estabelecer officinas e fazer do Asylo uma casa de trabalho para os mendigos e um estabelecimento de disciplina para os menores*”²⁰⁵. Neste sentido, acreditamos ser oportuno reproduzir literalmente o “*relatório do director do asylo de mendicidade*”²⁰⁶ relativos aos anos de 1892-93.

²⁰² Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1892-93.

²⁰³ AN - Série Justiça IJ 6 – 22.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Brasil. Ministério da Justiça relatório dos anos de 1880-81.

²⁰⁶ Este relatório estava incluso como anexo no relatório do chefe de polícia, visto que o diretor de tal instituição estava subordinado ao chefe de polícia, que por sua vez estava subordinado ao ministério da justiça. O presente relatório é uma espécie de prestação de contas do diretor do Asylo, com fica demonstrado em sua introdução: “*posto que, pelo art. 58, letra D, da lei n. 85 de*

*“Inaugurado em 10 de julho de 1879, e construído sem nenhum systema ou regimen preestabelecido, sem orientação hygienica e sem organização definitiva, o Asylo de Mendicidade continua a ser hoje, o que naquella data era: - um estabelecimento não concluído e um deposito geral de todas as misérias. (...) com capacidade para 120 pessoas, no máximo, comportando sempre numero superior a trezentas, e muitas vezes a quatrocentas, sem que possa haver outra separação alem da dos sexos. (...) Por maiores que sejam as difficuldades com que luta ainda a nova éra politica deste paiz, para estabelecer casas deste gênero, de harmonia com as leis de hygiene e as exigências da civilização hodierna, nenhuma deve embaraçar um empreendimento que não póde ser descurado, sem grave injustiça e inconvenientes, para **aqueles que não perderam o seu jus á proteção social** (grifo nosso). (...) nao podemos, entretanto, guardar silencio relativamente a reclusão de menores de ambos os sexos, menores que permanecem entregues exclusivamente ao trabalho manual e em communitate com adultos e alienados. (...) Destinado, como deve ser; áquelles que, já não tendo aptidão para o trabalho, carecem do socorro publico ; encarando-o tambem, como um hospital, aonde anciãos enfermos, sem domicilio ou familia , vêem implorar a nutrição, um leito, roupas e cuidados que não podem ser prodigalisados economica e efficazmente senão em casas especialmente organizadas para esse fim, e aonde não se poderá fazer questão de emprender, restituir a actividade e a saude á quelles que por ellas forma abandonados, mas, que por cuidados constantes, pelos recursos da hygiene, pelos soccorros medicos dados a necessidade, cns.... torna patente a nocividade da promiscuidade que aqui reina, sem que seja, por falta de espaço, possível a separação entre menores, inválidos e alienados. (...) Infelizmente, porém, e apezar disso, não poderão os alludidos menores aqui permanecer, não só pela impropriedade do estabelecimento, como tambem pela falta da intrucção que lhes é devida”²⁰⁷.*

Com o objeto de “fechar a válvula por onde se escapa essa peor espécie de resíduos [– vadios, vagabundos, desordeiros, menores órfãos, loucos e prostitutas, etc. –] de nossa sociedade”²⁰⁸ a polícia se configura como um dos principais atores – durante todo o século XIX – destinados a lidar com a pobreza moralmente desclassificada e perigosa que abundava nas ruas do Rio de Janeiro. Soares, (2001, p. 318) demonstra através de “um officio do chefe de Polícia da Corte dirigido ao inspetor do Arsenal em 1826 [que o encaminhamento] de “vadios” [para a marinha] se tornou procedimento rotineiro”. Da mesma forma Vianna (1999, p.54), afirma que o papel da polícia “na manutenção da ordem incluía retirar das ruas e encaminhar para locais de internação uma população

20 de setembro de 1892, haja sido transferido para o Intendencia Municipal este estabelecimento, cumpre-me, entretanto, relatar-vos o respectivo serviço até ao fim do anno passado, periodo durante o qual foi ainda a repartição dependente deste Ministerio. (...) Em virtude dos avisos expedidos pelo Ministerio a meu cargo em 29 de março e 25 de abril de 1892, cessou a pratica, até então estabelecida, de serem recolhidos loucos ao asylo ; sendo os que ahi existiam transferidos para a Assistencia Medico Legal de Alinados”. Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1892-93.

²⁰⁷ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1892-93.

²⁰⁸ Brasil, Ministério da Justiça, relatório dos anos de 1880-81.

relativamente diversificada (menores, alienados, mendigos) sobre a qual se justificasse, também a partir de critérios variados, esse tipo de ação”²⁰⁹. Ainda segundo esta mesma autora, em relação ao recolhimento de menores das ruas entre os anos de 1910 e 1920,

“a Secretaria [de polícia] ocupava um lugar estratégico nessa tomada de decisões não só por controlar a atuação daqueles que efetuavam o recolhimento de menores, os policiais responsáveis pela fiscalização e controle do espaço urbano, mas por ter subordinada a ela boa parte das instituições de destino. (...) corporificado no chefe de polícia a representação da autoridade responsável pela decisão final sobre esses menores”. (Vianna, 1999, p. 51).

Diante do exposto acima, sobre o papel da polícia, que apareceu de maneira proeminente no processo de construção de nosso objeto, fomos tomados da necessidade imperiosa de concluir nosso trabalho formulando uma nova questão, que em nosso ponto de vista, se constitui como central para entendimento de como histórica e socialmente se deu a construção das práticas sociais de assistência destinadas à pobreza moralmente perigosa na cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, perguntamos: deve a polícia ser considerada, junto com a filantropia e caridade como um dos pilares que fundamentaram a construção do edifício da assistência social na cidade do Rio de Janeiro? Ou ainda, em que medida a prática e o saber policial se constituem como fundamentos estruturantes de intuições e políticas destinadas a assistência social na cidade do Rio de Janeiro?

Mesmo que preliminarmente, podemos afirmar que a polícia não se constituía apenas como um aparelho repressivo, instituída até 1930 pelo o Estado – “salvo as exceções” – para lidar com a pobreza, como defende Sposati ([et. al.] 1995, p. 40-1). Defendemos o ponto de vista – baseado nas evidências documentais – que deve ser creditado um importante papel a instituição policial, com o mesmo peso dramático dos grupos filantrópicos e religiosos na conformação de “práticas de ajuda e apoio” (Sposati, [et. al.] 1995), durante todo o século XIX, na cidade do Rio de Janeiro. Práticas e saberes, que estarão presentes sob diferentes aspectos na consolidação de técnicas, métodos,

²⁰⁹ De acordo com Vianna (1999, p. 80) “o diretor da casa de detenção informou ao chefe de polícia, no final de [1918] que 1.428 [menores] ali permaneceram por períodos de tempo variáveis, aguardando para seguir para algum patronato.”

instituições, saberes e políticas sociais por todo o século XX na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda que aportamos nosso trabalho nos valendo de algumas perguntas, acreditamos ter demonstrado por meio das ideias, conceitos e dados históricos discutidos e analisados, os diversos fatores inclusos e explicativos do processo de construção social das noções de “vadios” e “vagabundos”, evidenciando os caminhos e as encruzilhadas presentes na arquitetura de nosso objeto que ainda precisam ser desvendados.